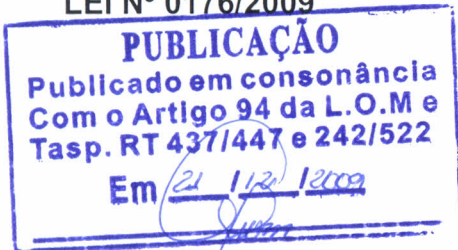


ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 0176/2009

DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009.



Dispões sobre a Alteração do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS - RR, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei,

LEI;

CAPÍTULO I
DO REGIME DE TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO
SEÇÃO I
DO REGIME DE TRABALHO

Art. 1º. Dá nova redação ao Art. 34. Que passará a ter o seguinte teor: A jornada de trabalho dos integrantes do Magistério Público Municipal será de 25, ou 40 hs semanais, conforme previsão legal para o cargo, Não excedendo as 20 hs semanais.

§ 1º A jornada prevista no caput deste artigo será dividida em Hora-aula;

I – Horas-atividade.

§ 2º Hora-aula é o período de tempo efetivamente destinado a docência.

§ 3º Hora-atividade é o período dedicado pelo docente prioritariamente no recinto escolar, para;

I – Planejar, preparar e avaliar o trabalho didático;

II – Colaborar com a administração da escola;

III – Participar de reuniões pedagógicas e de articulações com a comunidade;



**ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO**

IV – Elevar o padrão de qualidade;

§ 4º - Terão direito à hora atividade somente os professores que exerçam a docência.

§ 5º - As demais horas excedentes serviram de hora-atividade do respectivo professor em sua carga horária de trabalho.

Parágrafo Único – A definição de carga horária pelos Professores será assinada opcionalmente pelos respectivos professores.

Art. 2º. Dá nova redação ao Art. 36 § 1. Que passará a ter a seguinte redação: A convocação a que trata este artigo (36) terá a duração da necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

**SEÇÃO II
DA REMUNERAÇÃO**

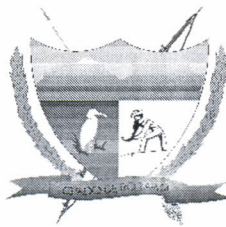
Art. 3º. Dá nova redação ao Art. 40. Que passará a ter a seguinte redação: A remuneração do titular de cargo de profissional na educação será o correspondente ao Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da Educação Básica no valor de R\$ 950,00 (Novecentos e Cinquenta Reais) mensais, para a formação em nível médio, na modalidade normal, prevista no Art. 62 da Lei 9.393, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e regulamentada pela Lei 11.738 de 16 de julho de 2008.

§ 1. Os vencimentos iniciais referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado no caput deste artigo.

I – A gratificação obtida pelo servidor com curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena, na qual caberá o adicional, respectivamente nos seguintes percentuais:

II – Os demais níveis e respectivas Classes seguem os mesmos critérios previstos no caput do Artigo 40.

Parágrafo Único – Os vencimentos básicos dos Profissionais com especialização na área educacional, (Supervisor Escolar, Orientador Escolar e



**ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO**

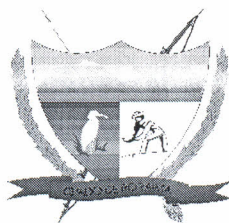
Psicopedagogos), no nível inicial N2, correspondem a 85 % (Oitenta e Cinco por cento) sobre vencimento básico do professor nível N1, classe A, sendo que os vencimentos dos demais níveis e respectivas classes destes profissionais seguem os mesmos critérios previstos no caput do artigo 40.

**SEÇÃO III
DAS GRATIFICAÇÕES**

Art. 4º. Dá nova redação ao Art. 43. Que passará a ter a seguinte redação: A Gratificação de Incentivo a Docência para os professores em efetivo exercício de regência de classe, exclusivamente em sala de aula, símbolo GID, obedecerá a 42% do valor do salário base inicial da classe A, nível 1 (um), 40 (quarenta) horas.

Art. 5º. Dá nova redação ao Art. 46, letras B e C. Que passará a ter a seguinte redação: Os professores que ocupam funções de Diretor e Vice-diretor de Escola têm direito a receberem a Função Gratificada por Direção, símbolo FGD, por função abaixo descrita;

- a) FGD-1 – Para instituições até 50 (Cinqüenta) alunos percentual de 60% (Sessenta por cento) sobre o vencimento básico nacional da carreira do magistério.
- b) FGD-2 - Para instituições de 51 (Cinqüenta e um) até 200 (Duzentos) alunos: percentual de 80% (oitenta por cento) sobre o vencimento básico nacional da carreira do magistério.
- c) FGD-3 - Para instituições de 201 (Duzentos e um) até 500 (Quinhentos) alunos: percentual de 90% (noventa por cento) sobre o vencimento básico da carreira do magistério, e VICE-DIRETOR (A) 50% (Cinqüenta por cento) do vencimento do Diretor (a).
- d) FGD-4 - Para instituições de 501 (Quinhentos e um) até 800 (Oitocentos) alunos: percentual de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o vencimento básico da carreira do magistério, e VICE-DIRETOR (A) 60% (Sessenta por cento) do vencimento do Diretor (a).
- e) FGD-5 - Para instituições com mais de 800 (Oitocentos) alunos: percentual de 100% (cem por cento) sobre o vencimento básico da



**ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO**

carreira do magistério, e VICE-DIRETOR (A) 70% (Setenta por cento) do vencimento do Diretor (a).

**SEÇÃO IV
DAS LICENÇAS**

Art. 7º. Dá nova redação ao Parágrafo Único do Art. 52. Que passará a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único. O pedido de licença para qualificação profissional ou sua renovação deverá ser encaminhado a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto nos meses de Dezembro a Fevereiro e também de Junho a Julho, onde o órgão concessor terá até 30 (trinta) dias para se pronunciar a respeito. O órgão concessor deverá observar a quantidade máxima de servidores licenciados para capacitação simultânea na dispensa do cumprimento da totalidade da jornada de trabalho que deverá ser de no máximo 1% (Um por cento) do quadro de professores efetivos do município, obedecendo-se a data de entrada do processo no referido órgão.

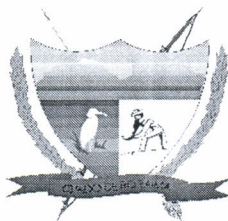
**CAPÍTULO II
DAS REVOGAÇÕES**

Art. 8º. Fica revogado o Art. 38 da LEI Municipal 091/2003 de 09 de Maio de 2003.

Art. 9º. Fica revogado o inciso I do Art. 40 da LEI Municipal 091/2003 de 09 de Maio de 2003.

Art. 10º. Fica revogado o Art. 47 da LEI Municipal 091/2003 de 09 de Maio de 2003.

Art. 11º. Fica revogado o Art. 35 da Lei Municipal 091/2003 de 09 de Maio de 2003. 



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12º. As despesas decorrentes da execução desta LEI correrão por conta dos recursos orçamentários da Prefeitura Municipal de Rorainópolis.

Art. 13º. Fazem parte desta LEI o Anexo II.

Art. 14º. Esta LEI entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2010.

Art. 15º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rorainópolis – RR, 21 de Dezembro de 2009.

CARLOS JAMES BARRO DA SILVA
Prefeito